

**PRESIDÊNCIA**

Secretário Especial da Presidência e das Comissões Permanentes:

Guilherme Augusto Mendes do Valle

02/10/2018

**PORTARIA Nº 4.270/PR/2018**

Designa juízes leigos para atuarem em unidades jurisdicionais do Sistema dos Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do art. 26 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça, aprovado pela Resolução do Tribunal Pleno nº 3, de 26 de julho de 2012, e o art. 5º da Resolução do Órgão Especial nº 792, de 23 de abril de 2015,

CONSIDERANDO os resultados do processo seletivo de juízes leigos, regido pelo Edital nº 1/2015, publicados no Diário do Judiciário Eletrônico de 23 de novembro de 2015 e homologados em 4 de dezembro de 2015;

CONSIDERANDO que o prazo de validade da seleção pública regida do Edital nº 1/2015 foi prorrogado, por 2 (dois) anos, a contar do dia 4 de dezembro de 2017, nos termos da Portaria da Presidência nº 3.917, de 24 de novembro de 2017;

CONSIDERANDO o disposto no item 16.3 do Edital de Processo Seletivo de Juízes Leigos nº 1/2015;

CONSIDERANDO o que constou no Processo do Sistema Eletrônico de Informações - SEI nº 0088060-82.2018.8.13.0000,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados os seguintes juízes leigos:

I - Renata Alessandra de Abreu e Silva para atuar junto ao 1º Juiz de Direito da 1ª Unidade Jurisdicional do Sistema de Juizados Especiais da comarca de Contagem;

II - Letícia Campos de Oliveira para atuar junto ao 3º Juiz de Direito da 2ª Unidade Jurisdicional do Sistema de Juizados Especiais da comarca de Contagem;

III - Líbero Cristiano Leal da Rocha para atuar junto ao Juiz de Direito da Unidade Jurisdicional do Sistema de Juizados Especiais da comarca de Araxá;

IV - Ariane Cristina Guerreiro Fontes para atuar junto ao 1º Juiz de Direito da 1ª Unidade Jurisdicional do Sistema de Juizados Especiais da comarca de Uberaba.

Art. 2º Os juízes leigos designados nos termos do art. 1º desta Portaria deverão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da publicação deste ato normativo, apresentar-se às respectivas unidades jurisdicionais e subscreverem o termo de compromisso previsto no art. 5º, inciso II, da Portaria Conjunta da Presidência nº 478, de 20 de janeiro de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 2 de outubro de 2018.

Desembargador NELSON MISSIAS DE MORAIS, Presidente